

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA UFPI: olhares a partir dos projetos pedagógicos

Francisca Lorrana dos Santos¹
João Pedro Meneses de Moura²
Renata Schynaider Alves de Sousa³
Rondinele da Silva de Araújo Cardoso⁴
Sofia Laurentino Barbosa Pereira⁵

Resumo: O presente estudo discute sobre a formação profissional em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Tem-se por objetivo apreender o sentido das mudanças nos currículos do Serviço Social da UFPI, para entender as transformações que ocorreram na última década no que tange à formação do (a) assistente social, considerando as mudanças no contexto social, político e econômico e as novas diretrizes educacionais, bem como alterações nos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) de 2012 e, mais recentemente, em 2023. A abordagem qualitativa é usada para análise e interpretação de bibliografias e documentos. Conclui-se que as alterações oferecem um maior aporte para os egressos do curso ao enfatizar e fortalecer o debate acerca da questão étnico-racial e a curricularização da extensão como eixos centrais do exercício e promoção de cidadania junto aos movimentos e sujeitos que demandam por políticas públicas.

Palavras-chave: Formação Profissional. Serviço Social. Questão Étnico-Racial. Curricularização da Extensão.

Abstract: This study addresses the changes in professional training in Social Work at the Federal University of Piauí (UFPI) due to the approval of the new Pedagogical Course Project (PPC). The objective is to understand the meaning of the changes in the UFPI Social Work curricula, in order to understand the transformations that have occurred in the last decade regarding the training of social workers at UFPI, considering the changes in the social, political, and economic context and the new educational guidelines, as well as changes made in the 2012 PPC by the current PPC of 2023. The qualitative approach is used to analyze and interpret bibliographies and documents. It is concluded that the changes offer a greater contribution to graduates of the course by emphasizing and strengthening the debate on the racial issue and extension activities as central axes of the exercise and promotion of citizenship among movements and subjects that demand public policies.

Keyword: Fundamentals of Social Work. PPC. Ethnic-Racial Debate. Mandatory Extension.

¹ Discente em Serviço social na Universidade Federal do Piauí, lorranadossantos34@gmail.com

² Discente em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí, joao.meneses@ufpi.edu.br

³ Discente em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí, renataschynaider@gmail.com

⁴ Discente em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí, rondineleoficial2023@gmail.com

⁵ Docente da Universidade Federal do Piauí, sofialaurentino@ufpi.br

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social aparece no Brasil com uma trajetória intrincada com constantes mudanças de perspectivas, referenciais teórico-metodológicos, interventivos e ético-políticos. Esse processo de reinvenção da profissão precisa ser observado a partir dos contextos históricos, políticos, culturais e econômicos de transformação da sociedade.

A partir disso, visa-se entender como o Piauí se insere nesse contexto de mudanças, visto que, é em 1976 que é criado o primeiro curso de Serviço Social no Estado, na Universidade Federal do Piauí (UFPI), inserida no cenário da ditadura, como é atestado por Pereira e Costa (2022). É a partir deste raciocínio que irá ser explorado o contexto que proporcionou as primeiras mudanças na formação em Serviço Social, para que se entenda os reflexos sociais e políticos na sua trajetória, que culminaram no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), aprovado no ano de 2023.

O presente artigo parte de uma abordagem de pesquisas bibliográfica e documental, a partir da análise dos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI), de 2012 e 2023, que analisa as mudanças e inovações no perfil de formação do profissional, bem como os trabalhos dos autores Pereira (2024) e Pereira e Costa (2022). Tais mudanças, vão incluir a ampliação do debate étnico-racial em todo o PPC, com revisão de ementas, inclusão de bibliografias e de disciplinas obrigatórias e optativas, assim como a inclusão da curricularização da extensão, que passou a ser obrigatória em todos os cursos do país.

A motivação para estudar esse tema surge a partir da inserção no programa de extensão Memória do Serviço Social no Piauí e do fato de sermos discentes da primeira turma a cursar o novo PPC, que trouxe importantes inovações no perfil de formação acadêmica e profissional. Então, faz-se necessário entender como essas mudanças respondem às demandas contemporâneas postas à profissão pela sociedade e identificar os impactos esperados dessas transformações na formação e na profissão.

Apoiado nisso, será abordado o contexto histórico envolvido nessas transformações, as aproximações e distinções entre os currículos de 2012 e 2023, e as causas que levaram a essas atualizações, considerando as mudanças no contexto social, político e econômico do país. Assim, espera-se contribuir com a análise sobre a formação em Serviço Social na UFPI, a única instituição pública que oferece essa formação no estado do Piauí. Compreende-se, portanto, que as mudanças nos Projetos Pedagógicos do curso influenciam e influenciaram o âmago da profissão no estado.

2 BREVE HISTÓRICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFPI

O Piauí, localizado na região Nordeste do Brasil, é um estado que compreende 224 municípios e possui uma população estimada em 3,2 milhões de habitantes, segundo o Censo do IBGE (2022). A capital do estado, Teresina, é o maior centro urbano e desempenha um papel central na vida política, econômica e educacional do Piauí, com uma população de aproximadamente 866.300 habitantes.

O Serviço Social no Piauí começou a se estruturar na década de 1940, quando o estado passou a receber influência das políticas sociais desenvolvidas em outras partes do país. A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi uma das primeiras instituições a atuar no campo social no Piauí, na figura da assistente social Delma Portela Basílio da Silva, com a fundação de sua filial estadual em 14 de setembro de 1942. Inicialmente voltada para o atendimento das famílias dos combatentes da Segunda Guerra Mundial, a LBA posteriormente ampliou suas ações para a assistência à maternidade, à infância e a outras pessoas em situação de vulnerabilidade social, como registrado por Setúbal (1983).

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) desempenha um papel crucial no desenvolvimento educacional e social do estado. Foi a primeira a implementar o curso de Serviço Social no Piauí, sendo, até hoje, a única instituição pública do estado a oferecer essa formação. O curso de Serviço Social da UFPI foi oficialmente implantado em 1976, fruto de um esforço conjunto liderado pelo reitor José Camillo da Silveira e pela professora Aglair Setúbal, e teve seu primeiro vestibular em 1977, com a oferta de 40 vagas, onde houve, conforme Guimarães (1995), apenas 14 concludentes, sendo todas mulheres, o que remete ao processo histórico de formação profissional e ao caráter de gênero que perpassa a trajetória do Serviço Social.

O primeiro currículo do curso, implantado em 1977, foi estruturado com base nos padrões adotados por outras cidades brasileiras na época, abrangendo tanto disciplinas básicas quanto específicas da área profissional, em um contexto de regime autoritário no Brasil, como afirma Guimarães (1995). Esse período foi marcado por políticas educacionais controladoras, resultantes da ditadura militar, que promoviam um movimento de aglutinação e centralização do ensino. O currículo do curso de Serviço Social da UFPI baseava-se no Currículo Mínimo de 1970, instituído pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS).

“O Currículo Mínimo de 1970 estipulava que todos os Cursos de Serviço Social do Brasil deveriam apresentar uma carga horária mínima de 2500 horas, envolvendo as seguintes áreas e matérias específicas: Área Básica:

Sociologia, Psicologia, Economia, Direito e Legislação Social, Teoria do Serviço Social; Área profissional: Serviço Social de Caso, Política Social, Ética Profissional, Serviço Social de Grupo, Serviço Social de Comunidade.” (Guimarães, 1995, p.22)

Esse currículo mínimo foi concebido com o objetivo de garantir que os profissionais formados tivessem um padrão de atuação uniforme em todo o país, pautados no Currículo Mínimo vigente em 1970. As disciplinas da área básica incluíam Sociologia, Psicologia, Economia, Direito, Legislação Social e Teoria do Serviço Social. Na área profissional, o currículo abrangia Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, além de contar com um estágio supervisionado de 180 horas.

Conforme Pereira (2024), o perfil profissional visava uma formação fortemente influenciada pelos modelos norte-americanos de estudo do Serviço Social. Apesar de seguir os padrões curriculares nacionais, o currículo da UFPI apresentava uma ênfase na Psicologia, influenciada por um enfoque psicanalítico, em que o indivíduo era visto como o principal responsável por suas condições de vida.

Na perspectiva de Guimarães (1995), o Currículo I foi moldado, principalmente, pelas condições políticas e sociais daquele período, refletidas na composição das disciplinas e na organização do curso. O ciclo básico, marcado por um enfoque psicológico, foi compactado ao contexto vigente, o que condicionava a estrutura das disciplinas ofertadas. Nesse período, dominado pelas opressões da ditadura, as disciplinas oferecidas tinham o objetivo de fornecer fundamentos básicos para o exercício da profissão, porém de maneira limitada, de modo a evitar o desenvolvimento de uma prática crítica da profissão, favorecendo uma abordagem tecnicista e conservadora. Esse primeiro currículo foi implantado em 1977, vigorando até 1984.

Conforme Guimarães (1995), o Currículo II foi aprovado em 1987, em um período de transição para a democracia no Brasil. Além disso, as disciplinas começaram a se adequar às contribuições da Sociologia, que enfatizava as estruturas sociais e a influência direta de fatores externos na vida dos indivíduos. De acordo com Guimarães (1995, p. 26):

“Essas mudanças refletem a realidade do Currículo Mínimo de 82, que passa a dar ênfase a essas áreas como suporte às mudanças que vinham ocorrendo a nível interno e externo na profissão de Serviço Social e às demandas colocadas pelas sociedades brasileira e piauiense, a partir da “transição lenta, gradual e segura” do país.” (Guimarães, 1995)

Ademais, em decorrência das mudanças políticas e sociais da época, havia uma necessidade crescente de ajustar a formação dos assistentes sociais para as novas realidades e demandas da sociedade. Com a nova realidade social e política, as disciplinas

passaram por um processo de mudança estrutural, reduzindo o enfoque na Psicologia e aumentando a predominância da Sociologia e da Filosofia. Isso permitiu que os estudantes compreendessem as transformações em curso e estivessem melhor preparados para enfrentar as novas exigências da sociedade, tanto no contexto piauiense quanto no brasileiro.

Importante demarcar que as mudanças no currículo da UFPI atendiam as transformações trazidas pelo novo Currículo Mínimo de Serviço Social aprovado em 1982, que avança em uma perspectiva crítica, tendo influência direta do marxismo.

Embora o Currículo III tenha se baseado no Currículo Mínimo de 1982, ele foi adaptado para responder às exigências da profissão e dos cursos de Serviço Social nos anos 1990 e no início do novo século. Esse currículo apresentou uma visão mais progressista, adaptando-se aos desafios emergentes e exigindo uma nova postura profissional. A atualização curricular foi uma resposta às mudanças políticas, sociais e econômicas da época. No Currículo III, disciplinas como Matemática, Língua Estrangeira e Português foram eliminadas, sendo que no lugar desta última surgiu a disciplina de Linguística. Essas mudanças no Currículo III estão relacionadas às discussões e alterações no Ciclo Geral da UFPI de forma global, realizadas em 1993, quando cada curso passou a ter seu Ciclo Geral específico.

Os currículos da UFPI, até o Currículo III, refletem avanços em suas bases teóricas e preocupações em acompanhar as novas demandas e desafios impostos ao profissional do Serviço Social em períodos de constantes mudanças. Vale ressaltar que uma das mudanças que o Currículo III acompanhou foi a aprovação do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.862/1993), que influenciaram uma nova estrutura curricular e modificações nos currículos de 1995 da UFPI.

Portanto, é nesse contexto que as bases curriculares foram revisadas, para que, a partir de uma base teórica e metodológica específica, os assistentes sociais possam atuar efetivamente, seguindo os princípios e diretrizes estabelecidos para sua atuação profissional.

3 ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFPI: MUDANÇAS, CONTINUIDADES E INOVAÇÕES

A presente análise visa discutir as principais mudanças, continuidades e inovações presentes no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI) de 2023, em relação com o PPC de 2012. Para tanto, a seguir será salientado o ponto mais importante que distingue o PPC de 2012 do Currículo III.

Primeiramente, o PPC de 2012, que corresponde ao Currículo IV implantado em 2007, introduziu uma série de inovações que representaram um avanço significativo em relação ao Currículo III de 1994. Entre as principais mudanças, destaca-se a organização do curso em núcleos de fundamentação. Essas mudanças foram orientadas pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), publicada em 1996, que estabeleceram um referencial nacional para a formação em Serviço Social, com o objetivo de garantir uma educação crítica e comprometida com a realidade social brasileira. Esses núcleos são essenciais para a construção de uma formação robusta, crítica e alinhada às demandas contemporâneas da profissão.

Conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996, p. 8), “(...) entende-se que a efetivação de um projeto de formação profissional remete, diretamente, a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em **NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO** constitutivos da Formação Profissional.” Nesse sentido, o primeiro núcleo, denominado Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, é crucial para a compreensão crítica das dinâmicas sociais. Esse núcleo é composto por disciplinas que exploram teorias sociais, o método científico e a filosofia, proporcionando uma base sólida para a apreensão do ser social em sua totalidade. Entre as disciplinas que compõem esse núcleo, destacam-se “Introdução à Filosofia”, “Economia Política”, “Iniciação Sociológica”, “Iniciação Antropológica” e “Psicologia Geral”. O conteúdo dessas disciplinas é essencial para a construção de uma visão crítica e analítica da sociedade, preparando os estudantes para enfrentar as complexidades sociais de forma reflexiva e fundamentada.

O Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira é focado no entendimento das particularidades do desenvolvimento socioeconômico e político do Brasil. Este núcleo examina a constituição econômica, social, política e cultural do país, com ênfase na formação do Estado e das classes sociais dentro do contexto do modo de produção capitalista. A compreensão das dinâmicas históricas que moldaram a sociedade brasileira é essencial para os assistentes sociais, que atuam em um campo diretamente influenciado por essas realidades. Disciplinas como “Formação Sócio-histórica do Brasil” e “Formação Sócio-histórica do Nordeste e Piauí” são exemplos desse núcleo. A análise crítica do papel contraditório do Serviço Social nesse cenário é central para este núcleo, fornecendo aos (às) estudantes ferramentas para compreender e intervir nas complexidades da sociedade brasileira contemporânea.

O terceiro núcleo, Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, é focado na profissionalização do assistente social, abordando a divisão sociotécnica do trabalho e o papel

do assistente social em diversas esferas de atuação. Este núcleo traz uma inovação significativa ao introduzir as disciplinas de "Processo de Trabalho do Serviço Social I, II e III" e ao reformular as matérias "História do Serviço Social I e II" e "Fundamentos Teóricos do Serviço Social I, II, III e IV", que passam a ser apresentadas como "Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I, II, III e IV". Essas mudanças, em relação ao currículo de 1994, refletem a necessidade de preparar os estudantes para enfrentar as complexidades do mundo do trabalho, especialmente no contexto das transformações sociais e econômicas contemporâneas. Dessa forma, a estruturação dos núcleos facilitou a integração dos conhecimentos teóricos e metodológicos com o trabalho profissional, promovendo uma formação interdisciplinar e articulada.

Em relação ao currículo IV, mesmo que as discussões do Núcleo Docente Estruturante (NDE) para melhorias no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) anterior se iniciaram a aproximadamente 10 anos, a reformulação do PPC de Serviço Social conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS foi efetivada em 2023 devido a exigência legal da curricularização da extensão (Costa; Pereira, 2022). Num contexto de capitalismo neoliberal que fragiliza e desvirtua a educação superior pública enquanto política social pública, a curricularização da extensão foi estabelecida como obrigatória aos cursos das Unidades de Formação Acadêmicas (UFA), devido a resoluções do Ministério da Educação (MEC) e, no caso, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), conforme o parâmetro de 10% da carga horária total dos cursos de graduação em Atividades Curriculares de Extensão (ACE) previsto pela Meta 12.7 da lei nº 13.005/2014 que regulamenta o artigo 207 da Constituição Federal.

O PPC de 2023 é resultado das discussões acerca dos elementos que envolvem o atual contexto social brasileiro e regional de atuação e formação da(o) assistente social em consonância com as novas legislações, considerando a especificidade do curso de bacharelado em Serviço Social da UFPI. O NDE, através da observação das mudanças da organização social e política e do acúmulo da produção de conhecimento no Serviço Social, decidiu pela necessidade de uma extensão popular e comunicativa na relação com a sociedade; de uma revisão das ementas curriculares para sintetizar conteúdos de modo que se reduza a carga horária total do curso; do fortalecimento do debate étnico-racial e de gênero dentro das disciplinas do curso (Costa; Pereira, 2022).

Houve a inclusão de 315 horas de ACE nesse quarto currículo do Serviço Social, de acordo com as resoluções da UFPI. A Resolução CEPEX/UFPI nº 053/2019 que regulamenta a extensão na UFPI conforme as orientações do MEC; a Resolução CEPEX/UFPI nº 297/2020 que retifica a resolução anterior e permite o cumprimento das atividades sem estas estarem vinculadas a ofertas semestrais de acordo com as disciplinas cursadas no respectivo período

e a Resolução CONSUN/UFPI nº 42/2016 que incorpora no máximo 4 horas semanais para os docentes coordenadores de programas de extensão, excluindo os demais docentes que compõem a equipe. Dado que existiam trabalhos de extensão anteriores a curricularização desenvolvidos a bastante tempo no curso de Serviço Social da UFPI, o NDE focou seus esforços em continuar e fortalecer as práticas de extensão popular e comunicativa em relação à sociedade, com práticas extensionistas de intervenção externa a universidade como espaços de troca. Ressalta-se, ainda, os problemas como a escassez de financiamento dos programas e projetos de extensão, falta de reconhecimento das horas dos docentes em atividades de extensão, insuficiente quantidade de vagas nas extensões em funcionamento ofertadas para os discentes de Serviço Social, etc.; que foram considerados como demandas do curso a serem resolvidas nesse processo de transição (Costa; Pereira, 2022).

Além da inserção da extensão como componente obrigatório, há a introdução do debate étnico-racial no currículo que é pautada, desde a década de 1980, na articulação com o movimento social negro e em discussões em eventos da categoria profissional como elemento estruturante da realidade social que não representa somente uma expressão identitária específica de uma parcela do proletariado, mas sim algo que envolve sujeitos historicamente tratados como escória da escória do operariado dentro da sociabilidade capitalista sem serem incluídos na cidadania pelo Estado brasileiro (Elpídio; Rocha; Valdo, 2018; Gonçalves, 2018).

Para reparar a secundarização da temática do racismo estrutural, o qual representa um nó de longa trajetória histórica da questão social brasileira, na formação e prática do Serviço Social inseridas na dinâmica contraditória da sociedade capitalista, o debate étnico-racial é priorizado na extensão, pesquisa e ensino (neste com um maior peso dos referenciais de autores negros, negras e negres nas ementas disciplinares). Assim, visa-se contribuir com a alteração das relações étnico-raciais por meio de uma educação que apresente a desigualdade racial como produtora direta da maior parte da população vulnerável e empobrecida (a classe trabalhadora negra), que é atingida pelas expressões da questão social, no atual contexto de retirada de direitos sociais, contrarreforma do Estado para um Estado Mínimo e uberização do trabalho (Elpídio; Rocha; Valdo, 2018).

Desse modo, o PPC de 2023 apresenta diversas novidades e atualizações curriculares que visam aprimorar a formação do assistente social, fornecendo não apenas ferramentas teóricas para a compreensão das desigualdades, mas também capacitando os futuros profissionais para trabalhar de maneira mais efetiva em contextos de vulnerabilidade que atingem predominantemente a população negra e empobrecida no Brasil. Destaca-se a inclusão de novos componentes curriculares, como a disciplina "Diversidade e desigualdades

de gênero, raça/etnia e classe", que era optativa no PPC de 2012 e agora se torna obrigatória. As disciplinas optativas também foram ampliadas, oferecendo aos estudantes um leque mais diversificado de opções para aprofundar seus conhecimentos em áreas específicas de interesse. "O DSS¹ ofertará com regularidade disciplinas na forma de tópicos especiais (as optativas do DSS) que objetivarão aprofundar temáticas relevantes sob diferentes perspectivas, estimulando o senso crítico e a criatividade do corpo discente." (UFPI, 2023, p.44)

Quadro 01 – Quadro de Disciplinas Optativas

DISCIPLINA	UNIDADE OFERTANTE	CARGA HORÁRIA
Tópico especial sobre juventude	Departamento de Serviço Social	60
Tópico especial sobre envelhecimento	Departamento de Serviço Social	60
Tópico especial sobre família	Departamento de Serviço Social	60
Tópico especial de saúde	Departamento de Serviço Social	60
Tópico especial de saúde mental	Departamento de Serviço Social	60
Tópico especial de Política de Assistência Social	Departamento de Serviço Social	60
Tópico especial de previdência social	Departamento de Serviço Social	60
Tópico especial de educação	Departamento de Serviço Social	60
Tópico especial sobre educação popular	Departamento de Serviço Social	60
Tópico especial sobre direitos humanos	Departamento de Serviço Social	60
Tópico especial sobre questão rural e ruralidades	Departamento de Serviço Social	60
Tópico especial sobre questão urbana	Departamento de Serviço Social	60
Tópico especial sobre questão habitacional	Departamento de Serviço Social	60
Tópico especial sobre pobreza, trabalho, emprego e renda	Departamento de Serviço Social	60
Tópico especial sobre meio ambiente	Departamento de Serviço Social	60
Tópico especial sobre questão de gênero	Departamento de Serviço Social	60

¹ Departamento de Serviço Social

Tópico especial sobre questão étnico-racial e Serviço Social	Departamento de Serviço Social	60
Tópico especial sobre violência	Departamento de Serviço Social	60
Tópico especial sobre álcool e outras drogas	Departamento de Serviço Social	60
Tópico especial sobre direito da pessoa com deficiência e antipacitismo	Departamento de Serviço Social	60
Tópico especial sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social	Departamento de Serviço Social	60
Tópico especial sobre interprofissionalidade	Departamento de Serviço Social	60
Libras – Linguagem Brasileira de Sinais	Coordenação do Curso de Letras-Libras	60

Fonte: PPC 2023

Quanto ao estágio supervisionado, também houve mudanças na carga horária no que se refere às disciplinas que são co-requisitos. O PPC de 2012 previa um estágio obrigatório de 620 horas, divididas em duas disciplinas de 225 horas cada e dois seminários de prática de 60 horas cada. Já o PPC de 2023 reduziu a carga horária do estágio obrigatório para 450 horas, divididas em duas disciplinas de 225 horas cada, e incluiu duas disciplinas de Instrumentalidade do Serviço Social, com 15 horas cada, a serem ministradas pelos supervisores acadêmicos. Essa alteração se deu em relação à necessidade de reconhecimento da carga horária dedicada à supervisão de estágio, visando otimizar o tempo, focando no trabalho interventivo e no desenvolvimento de habilidades específicas.

No que se refere ao TCC, o PPC de 2012 o definia como uma disciplina de 60 horas, com foco na produção de uma monografia. O PPC de 2023, por sua vez, transformou o TCC em um processo mais estruturado, composto por duas disciplinas: Pesquisa Social III (75 horas) e Trabalho de Conclusão de Curso (195 horas). Essa mudança visa aprofundar a formação em pesquisa, desde a elaboração do projeto até a execução e análise dos dados, culminando na produção da monografia.

Ambos os PPCs reconhecem a importância da qualificação do corpo docente para a qualidade da formação profissional. No entanto, o PPC de 2023 explicita de forma mais detalhada o perfil desejado para o corpo docente, incluindo a titulação mínima de doutorado e a inserção em programas de pós-graduação. Essa exigência demonstra a busca pela excelência na formação dos estudantes, por meio de um corpo docente altamente qualificado e comprometido com a produção de conhecimento.

Em relação ao perfil do discente, o PPC de 2023 reforça a necessidade de uma formação crítica e reflexiva, capaz de compreender a complexidade da realidade social e intervir de forma ética e competente, tendo como centralidade a questão social. Além disso, destaca a importância do desenvolvimento de habilidades como comunicação, trabalho em equipe, postura investigativa e capacidade de resolução de problemas sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capacidade de identificação das expressões do racismo estrutural dentro do agravamento da questão social devido à crise do capital atual e o atendimento das diretrizes de uma formação antirracista e a expansão de uma extensão popular como defende a ABEPSS na perspectiva do Projeto Ético-Político da profissão, na presente conjuntura brasileira de aumento das correntes racistas, conservadoras e neoliberais, são as contribuições mais relevantes encontradas na reformulação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social de 2023, conforme tinham previsto Elpídio; Rocha e Valdo (2018).

Com a redução da carga horária total do curso e a introdução de 315 horas de extensão na grade horária, a formação aumentou o seu viés de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, continuando o seu movimento político coletivo e organizado na defesa diária do exercício dos direitos das pessoas e da classe trabalhadora.

Certamente, este trabalho é limitado por ser realizado através de revisão bibliográfica e documental somente e tratar de um processo de mudança que, embora podemos dizer que é uma melhoria necessária diante dos rumos que seguia e das ideologias com as quais colide, está em pleno momento de adaptação e desenvolvimento para o corpo discente e docente da UFPI. Por conseguinte, sugere-se a coleta e análise das experiências do processo iniciado pelo PPC de 2023 quando houver a completa integração a ele por todos os discentes em formação e existirem egressos que vivenciaram tal processo.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares Curso para o Serviço Social elaboradas pela Comissão de Especialistas**. ABEPSS, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf
Acesso em: 8 set de 2024

COSTA, Teresa Cristina Moura; PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. DESAFIOS NA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFPI. **Capim Dourado: Diálogos em Extensão**, v. 5, n. 3, p. 84-103, 2022.

ELPÍDIO, Maria Helena; ROCHA, Roseli; VALDO, José Paulo da Silva. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social**. 2018.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálisis**, v. 21, p. 514-522, 2018.

GUIMARÃES, Simone de Jesus. **Trajetória de vida, trajetória acadêmica**: alunos e egressos do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí / Simone de Jesus Guimarães - Teresina: 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Teresina - PI**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/teresina.html>. Acesso em: 21 ago. 2024.

PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. A tradição marxista na formação em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. **Libertas**, v. 24, n. 1, p. 212-235, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/43626>. Acesso em: 07 ago. 2024.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Serviço Social e Sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Centro de Ciências Humanas e Letras. Curso de bacharelado em serviço social. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Teresina, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Centro de Ciências Humanas e Letras. Coordenação De Serviço Social. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação, Bacharelado em Serviço Social**. Teresina, 2012.